

## UMA REFLEXÃO SOBRE A ORIGEM E DESTINO DOS CURSOS DE LETRAS NOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Hélder Garmes<sup>1</sup>

**Resumo:** Os cursos de nível superior de Letras no Brasil têm uma história recente, o que se deve, em parte, à política colonial portuguesa. A criação de um curso desse caráter se dá mais tradicionalmente no interior de uma universidade e até o final do século XVIII não tínhamos sequer uma única instituição de nível superior no Brasil. Nesse aspecto, a colonização espanhola fôra mais eficiente, pois o Peru viu sua primeira universidade surgir em 1551, o México em 1553, a Bolívia em 1623.

**Palavras-chave:** Cursos de Letras, Países de Língua Oficial Portuguesa.

**Resumen:** Los cursos de nivel superior de Letras en Brasil poseen una historia reciente, lo que se debe, en cierta medida, a la política colonial portuguesa. La creación de un curso con este carácter se da más tradicionalmente en el interior de una universidad y hasta el final del siglo XVIII no teníamos ni siquiera una única institución de nivel superior en Brasil. En tal aspecto, la colonización española ha sido más eficiente, pues en Perú la primera universidad surgió el 1551, en México el 1553 y en Bolivia el 1623.

**Palabras clave:** Cursos de Letras, Países de Lengua Oficial Portuguesa.

O Brasil teve sua primeira escola superior somente em 1792, quando o vice-rei D. Luiz de Castro assinou os estatutos da criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, que resultará na Escola Politécnica que hoje integra a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tivemos que esperar a chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808, para ver surgir o ensino de medicina com a escola de Medicina, Anatomia e Cirurgia, também no Rio de Janeiro. No âmbito do que hoje conhecemos por Ciências Humanas, somente depois da Independência, em 1827, foram criadas às pressas as faculdades de Ciências Sociais e Jurídicas de São Paulo e de Olinda, quando o país viveu o constrangimento de ver sua elite fazer o curso de Direito na velha e colonialista Coimbra, para poder legislar na então independente nação brasileira.

---

<sup>1</sup> Doutor da Universidade de São Paulo (USP). Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa.

No que diz respeito ao ensino de literatura propriamente dito, até aí nada havia sido feito. Sequer a disciplina existia no currículo daquelas faculdades, o que não é de se estranhar. Mesmo em Portugal, que teve sua primeira universidade fundada por D. Dinis no século XIII, mais precisamente em 1290, o curso de Letras só foi criado em 1857, com o surgimento do Curso Superior de Letras de Lisboa – que deu origem à atual Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Tanto no Brasil quanto em Portugal, a origem dos cursos de Letras está fortemente vinculada ao ensino religioso, bastando lembrar que a própria Universidade de Coimbra, que deveria ser laica, era comandada por teólogos até a ascensão do Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII. No Brasil, o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, criado em 1837, que cumpriu um papel importante na formação da elite letrada carioca, teve origem no antigo Seminário de São Joaquim. No que concerne a São Paulo, lembremos ainda que o primeiro curso superior oficial de Letras do Estado foi criado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Mosteiro de São Bento, inaugurada em 1908, que em 1946 passou a integrar a PUC, provavelmente o primeiro curso superior de Letras do Brasil.

Retomando a história das faculdades de Direito de São Paulo e Olinda, criadas, como observamos, em 1827, e que tiveram origem laica, gostaríamos de demonstrar que, tal qual o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, cumpriram o papel de uma faculdade de Letras *avant la lettre*. Ambas, como todos sabem, funcionaram como pólos de atração e formação de escritores nacionais. São poucos os nossos escritores oitocentistas que fizeram sua glória na segunda metade do século XIX sem ter passado por uma delas. Retomemos um pouco dessa história, mais especificamente da faculdade de São Paulo.

O exercício das Letras na Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas de São Paulo se deu, sobretudo, em associações para-acadêmicas, criadas por iniciativa de professores e estudantes. Em 1830, somente após três anos de fundação da faculdade, já era publicado um periódico intitulado *O Amigo das Letras*, que trazia em suas páginas traduções de autores franceses, ingleses e alemães. Porém, foi entre 1832 e 1833 que se criou a primeira sociedade para-acadêmica chamada Sociedade Filomática, que publicava uma revista homônima. A sociedade foi criada pelos alunos Francisco Bernardino Ribeiro e José Inácio Silveira da Mota e pelos professores Carlos Carneiro de Campos, José Joaquim Fernandes Torres e Tomás Cerqueira. Pinheiro Passos identifica o lugar em que os filomáticos foram buscar o modelo para a publicação de seu periódico:

Já em 1830, Girardin publicava em Paris seu *Journal des Connaissances Utiles*; é possível que os filomáticos a tenham conhecido, embora não façam menção a ela. Outra publicação, mais antiga, pois seu primeiro número data de 1777, inspirou a iniciativa: tratava-se da *Revue Encyclopédique*, editada por H. Carnot e P. Leroux. É dele, de um artigo de Ad. Montigolfier, que tiram a epígrafe (...).<sup>2</sup>

Observa ainda que o lema da *Revue Encyclopédique* era "Liberté, Égalité, Association", vendo aí um estímulo aos acadêmicos para que se reunissem em torno de uma sociedade.

Hélio Lopes,<sup>3</sup> comentando a tradição de nossas revistas românticas e referindo-se ao grupo dessa sociedade, observa a reivindicação, por parte dos filomáticos, da tradição das academias do século XVIII. Reivindicavam

---

<sup>2</sup>. PASSOS, Gilberto Pinheiro. *Presença da literatura francesa na "Revista da Sociedade Filomática"*. Dissertação de mestrado, USP, 1983, p.50.

<sup>3</sup> LOPES, Hélio. *A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas "Minerva Brasiliense" (1843-1845) e "Guanabara" (1849-1856)*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia e Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978 (Coleção Ensaio n.88).

tanto uma tradição literária brasileira, quanto um espírito que estabelecesse as bases quase que materiais para a discussão e produção literária e científica nacionais, o espírito associativo.

Unindo tradição nacional, na lembrança das academias do século XVIII, tradição do pensamento iluminista francês, na presença do modelo da *Revue Encyclopédique*, e meio acadêmico, que garantia um restrito porém seletivo público leitor, puderam os filomáticos forjar um modelo associativo de produção intelectual e literária que será exemplo e estímulo para todas as associações vindouras.

Com a instabilidade gerada no período da regência, as academias de São Paulo e Olinda ficaram em situação de quase abandono. Todavia, logo que D. Pedro II assume o trono, visita a Academia de São Paulo e em 1846 a turma acadêmica de José de Alencar fundava o Instituto Literário Acadêmico, associação que iria retomar o modelo da Sociedade Filomática e publicar uma revista chamada *Ensaio Literários* (1847-1850).

Essa era uma publicação mensal, que trazia em suas páginas uma grande diversidade de matérias: história, jurisprudência, filosofia, religião, relatos de viagem, crítica literária, poemas, narrativas, crônicas e charadas. Contava entre seus colaboradores com José de Alencar, Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães, José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Felício dos Santos, entre outros. Sem dúvida, o que mais chama a atenção nesse periódico é o fato de uma publicação bastante amadora contar com a colaboração de vários nomes que se consagraram em nosso romantismo. No entanto, isso não é tão casual assim, pois a fama que angariou essa geração de escritores coincidiu com a sedimentação do movimento associativista estudantil dentro da academia de São Paulo.

O Instituto Literário Acadêmico reinaugurou o associativismo da Sociedade Filomática, sendo o germe das duas maiores associações estudantis da São Paulo: a Associação do Ensaio Filosófico Paulistano e a Associação do Ateneu Paulistano, que perduraram até meados da década de 1860. A importância do caráter associativo torna-se mais evidente quando constatamos o surgimento, em 1859, do Instituto Acadêmico. Na "Crônica da Academia de São Paulo", publicada nas *Memórias da Associação Culto à Ciência*, anunciava-se o aparecimento do Instituto Acadêmico, por iniciativa do professor Dr. José Tell Ferrão, afirmando tratar-se de uma associação dividida em:

(...) tantas seções quantos são os anos do curso (acadêmico), e estas, em subseções correspondentes ao número de cadeiras. Nela só se trata das matérias dadas nas aulas durante a semana, têm um caráter magisterial, é, por assim dizer, um reflexo da Academia.<sup>4</sup>

No mesmo periódico, dois números adiante, aparece uma apreciação sobre o andamento do Instituto Acadêmico, onde F. C. de Abreu ressaltava a grande aceitação, por parte dos estudantes, da nova associação:

E nem podia deixar de ser assim, os auxílios que suas discussões prestam às sabinas, e ainda mais as bases sólidas em que fazem firmar os seus conhecimentos das matérias de aulas, necessariamente haviam de chamar a concorrência.<sup>5</sup>

Assim, o que era uma iniciativa espontânea dos estudantes na década de 1840, transformou-se em composição curricular na de 1860. E não foi pela incorporação oficial das associações estudantis que os acadêmicos deixaram de fundar outras próprias, ao mesmo tempo que

---

<sup>4</sup>. "Crônica da Academia de São Paulo". *Memórias da Associação Culto à Ciência*, 1859, n.1, p.8.

<sup>5</sup>. *Id.*, 1859, n.3, p.40.

integravam o Instituto Acadêmico. A legitimidade institucional adquirida pelas associações estudantis na década de 1860 evidencia a importância que, pouco a pouco, estes pequenos órgãos passaram a obter no interior da Academia de São Paulo, tendo como resultado uma efetiva influência na formação intelectual e literária de seus integrantes.

Se a Sociedade Filomática e sua revista se colocaram como a experiência inaugural do associativismo estudantil, o Instituto Literário Acadêmico e seus *Ensaio Literários* se mostraram, por sua vez, como a origem para as duas mais importantes e perenes associações estudantis da Academia de São Paulo e como a primeira manifestação da epidemia associativista que assolou o meio acadêmico na década de 1860.

Portanto, podemos concluir que as associações e publicações acadêmicas foram responsáveis pela formação de um lugar privilegiado para a discussão e produção literárias. Oratória, crítica e história literária, além de literatura a mancha, foram os resultados desta busca de expressar nosso grau de civilização através da literatura, de debater as idéias estéticas que circulavam na época, fazendo com que a Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de São Paulo funcionasse também, e talvez sobretudo, como uma academia de belas letras.

Desse percurso pela Academia de São Paulo, podemos constatar que o ensino de letras no Brasil começou de forma para-acadêmica e autodidata, forma que legitimou o lugar de muitos escritores oitocentistas no cenário das letras nacionais. Isso deveu-se, naturalmente, ao prestígio que as associações estudantis angariaram com o decorrer do tempo, impondo um modelo de ensino mais amplo e ligado ao fazer literário e artístico. Desse modo, os estudantes participavam ativamente da definição do campo erudito, na terminologia de Bourdieu, impondo ali o exercício da literatura,

quer no âmbito da ficção, quer no âmbito da crítica. Foi assim que, no processo de autonomização do campo erudito brasileiro, o conhecimento da literatura passou a constar como critério.<sup>6</sup>

A partir daí podemos supor que, para se angariar prestígio acadêmico, a situação economicamente pouco favorecida de um estudante seria um fator menos relevante do que o desconhecimento da matéria literária. Podemos concluir, portanto, que a autonomia do campo erudito brasileiro se fez com a participação efetiva da prática e reflexão literárias.

Nesse mesmo período em que a literatura passa a integrar informalmente o currículo de nossas faculdades jurídicas, em Portugal era criado o Curso Superior de Letras de Lisboa, mais exatamente em 8 de junho de 1859, por iniciativa e sob a proteção de D. Pedro V. Todavia, antes disso, também em Portugal o ensino de letras se fez de forma para-acadêmica e autodidata na Universidade de Coimbra. Mesmo depois de criado o Curso de Letras de Lisboa, o prestígio de Coimbra se manteve, praticamente por todo o século XIX. Basta citar nomes como Almeida Garrett, Eça de Queirós, Antero de Quental, Antônio Nobre, Camilo Pessanha, entre muitos outros, para se ter a idéia do quanto aquela universidade foi também um espaço de legitimação da literatura como capital simbólico.

---

<sup>6</sup> "Pode-se medir o grau de autonomia de um campo de produção erudita com base no poder de que dispõe para definir as normas de sua produção, os critérios de avaliação de seus produtos e, portanto, para retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento. Em outros termos, quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como a arena fechada de uma concorrência pela legitimidade cultural, ou seja, pela consagração propriamente cultural e pelo poder propriamente cultural de concebê-la, tanto mais os princípios segundo os quais se realizam as demarcações internas de divisão, por exemplo os fatores de diferenciação econômica, social ou política, como a origem familiar, a fortuna, o poder (no caso de um poder capaz de exercer sua ação diretamente sobre o campo), bem como às tomadas de posição políticas". BOURDIEU, Pierre. "O mercado de bens simbólicos". In: *A economia das trocas simbólicas*. 6.ed. São Paulo, Perspectiva, 2005, p.106.

Se lembrarmos os relatos que Eça de Queirós faz da vida acadêmica no conhecido texto “Um gênio que era um santo”, escrito em memória de Antero de Quental, teremos idéia da efervescência literária em que viviam os estudantes em Coimbra.

Coimbra vivia então numa atividade, ou antes num grande tumulto mental. Pelos caminhos de ferro, que tinham aberto a Península, rompiam cada dia, descendo da França e da Alemanha (através da França) torrentes de coisas novas, ideais, sistemas, estéticas, formas, sentimentos, interesses humanitários... Cada manhã trazia a sua revelação, como um sol que fosse novo. Era Michelet que surgia, e Hegel, e Vico, e Proudhon; e Hugo tornado profeta e justiceiros dos reis; e Balzac, com o seu mundo perverso e lânguido; e Goethe, vasto como o Universo; e Poe, e Heine, e creio já que Darwin, e quantos outros! Naquela geração nervosa, sensível e *pálida* como a de Musset (por ter sido talvez como essa concebida durante as guerras civis) todas estas maravilhas caíam à maneira de achas numa fogueira, fazendo uma vasta crepitação e uma vasta fumaçarada! (Queirós, 2000, v.3, p.1763)

Se essa dinâmica literária nos dá a medida do valor que a literatura tinha naquele espaço acadêmico, mais relevante foi a Questão Coimbrã, iniciada por Antero de Quental, em disputa com Antonio Feliciano de Castilho, em torno dos modelos literários e referências culturais que deveriam nortear a reflexão sobre literatura em Portugal. Debate profícuo que perdurou por alguns anos, cuja matéria dizia respeito aos critérios de legitimidade para o julgamento de uma obra literária. Nesse debate, Antero apelidaria o grupo de Castilho da “escola do elogio mútuo”, afirmando que instrumentalizavam a literatura para angariar posições e cargos governamentais. Essa reflexão não fazia mais do que denunciar aquilo que Pierre Bourdieu afirma ser a própria dinâmica do meio acadêmico, resultante de sua autonomização, tendo por finalidade interesses corporativistas, entre outros mais éticos.

Portanto, podemos concluir que apesar da instituição de um curso de Letras em Lisboa, a vida literária para-acadêmica de Coimbra concorria fortemente com aquele na formação de um público produtor e leitor de literatura e, certamente, mais que a nova escola lisboeta, contribuía para dar legitimidade e poder simbólico à literatura no campo intelectual que então ali se formava, servindo de exemplo para todo o espaço colonial.

A vida literária para-acadêmica em Portugal e no Brasil era vista com muito interesse pelas várias colônias portuguesas. Podemos encontrar em Goa, por exemplo, um caso semelhante ao Brasil e Portugal, guardadas as devidas proporções. Desde meados do século XIX, Goa tem uma escola de Medicina que funcionava precariamente. Além dessa, um conjunto de escolas privadas e estatais tentavam ensinar o português aos filhos de emigrados e aos indianos. O fato é que, em meio a esse empenho um tanto frustrado de difundir a cultura portuguesa na costa indiana, surge uma série de publicações literárias que cumpriram o papel formador de um curso de literatura.

Goa é a colônia que mais evidencia o processo de assimilação dos modelos literários europeus por parte da imprensa local. Os primeiros jornais de cunho literário ou cultural são *A Bibliotheca de Goa* (1839), *O Encyclopedico - Jornal d'Instrucção e Recreio* (1841-1842) e *O Compilador* (1843-1847), todos periódicos que não publicavam praticamente nada de cunho local. Tudo eram extratos de revistas portuguesas e por vezes também francesas, ou mesmo inglesas. Porém, na década de 1860 surgiu o *Tyrocinio Litterario* (1862-1863), que seria uma importante referência para a literatura goesa de língua portuguesa. Primeiramente, saiu manuscrito e só depois veio a ser impresso quinzenalmente na Imprensa Nacional, com redação de um grupo de

escritores que formavam uma sociedade literária. Logo no intróito do periódico, afirmavam o que os movia era: “*Aprender escrevendo ou escrever aprendendo*, tal é pois a nossa divisa, e tal será sempre o alvo que teremos em mira como norte invariável”. A afirmação poderia ser lida apenas como falso argumento de modéstia intelectual que invariavelmente aparecia em todo texto introdutório. No entanto, é necessário reconhecer primeiramente sua originalidade, já que esse caráter de formação, didático, que integrava a motivação de muitas publicações, aparecia aqui pela primeira vez em Goa explicitamente formulado. Além disso, se levarmos em conta que o *Tyrocinio* foi num primeiro momento editado de forma manuscrita, teremos a presença de um caráter idealista mais acentuado, já que comercialmente uma publicação manuscrita não faria o menor sentido. Desse modo, a importância do *Tyrocinio* está em ser a primeira iniciativa conjunta de se publicarem textos de ficção e poemas goeses.

Em seqüência ao *Tyrocinio* surgiu a *Ilustração Goana* (1864-1866), que era um periódico mensal, publicado primeiramente na Imprensa Nacional e depois na imprensa do *Ultramar*, em Margão. Seu diretor e proprietário era Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, ou apenas Júlio Gonçalves. Contava com a colaboração de muitos goeses, quase todos formados em escolas de Goa, nomesque fariam a história intelectual e artística dos anos seguintes.

Segundo Devi & Seabra, foi “a revista literária que maior influência teve na vida cultural do país” (1971: 143). E mais adiante, referindo-se ao periódico no cenário exclusivo das letras, os historiadores da literatura indo-portuguesa observavam que “com ele se inaugurou uma nova era para as publicações de carácter literário em Goa (...) Pela primeira vez a literatura da Europa era divulgada entre as novas gerações” (1971:144),

afirmação que não pode ser tomada literalmente, já que, como vimos, havia duas décadas que se divulgava a literatura européia. Acontece que, com a *Ilustração Goana*, isso seria feito de modo mais didático, com um caráter de formação, em estudos panorâmicos sobre Madame de Stael, Chateaubriand, Lamartine, Victor Hugo, Walter Scott, Byron, Anna Radcliffe e outros.

Em 1870, chegou a Goa o poeta português Tomás Ribeiro, para ocupar o cargo de secretário-geral do governo, que Cunha Rivara então abandonava. Ali permaneceria por pouco mais de um ano; nesse curto período, porém, exerceu influência fortíssima sobre a vida cultural local, revitalizando a voga do poetar romântico junto aos jovens goeses. Surge, então, uma nova associação em Goa, o Instituto Vasco da Gama, que publicava revista homônima, com a colaboração do referido Tomás Ribeiro e diversos poetas goeses. Vale lembrar que nessa altura Moniz Barreto, “a mais importante figura literária que Goa deu a Portugal”<sup>7</sup> fazia sua formação escolar e deixaria a terra natal em 1878, ganhando depois o respeito e a admiração dos meios literários portugueses ao conviver com a geração dos escritores realistas.

Se não podemos falar em meio acadêmico goês, já que não havia ali um curso superior que sustentasse tal designação, as associações para-escolares e suas publicações periódicas cumpriram o papel de legitimar a literatura como capital simbólico. Tanto isso é verdade que quase todos os cargos administrativos de alta patente eram ocupados ou por portugueses, ou por goeses que tinham sua identidade cultural associada ao cultivo da língua portuguesa e de sua literatura.

---

<sup>7</sup> DEVI, Vimala, SEABRA, Manuel de. *A literatura indo-portuguesa*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1971, p. 187.

Em Goa, todavia, para efeito de subir na escala social, diferentemente do Brasil e de Portugal, língua e literatura se sobrepõem e o gênero literário propriamente dito não tinha um estatuto tão mais alto do que qualquer outro gênero de texto escrito em português.

Um outro caso que pode ser aqui arrolado é o de Cabo Verde, sobre o qual pudemos fazer algumas inferências a partir da leitura de alguns jornais oitocentistas. Ali nunca existiu no século XIX uma escola superior, como podemos encontrar no Brasil e no Portugal. A primeira tentativa de se estabelecer o ensino secundário se deu ao lado do Paço Episcopal da Ribeira Grande, na ilha de Santiago, tentativa logo malograda. Em 1854-1855, foram inaugurados alguns cursos de nível médio na ilha da Brava, coordenados por D. Patrício Xavier de Moura. Transferidos para a Ribeira Grande, logo seriam transplantados para a cidade da Praia, na mesma ilha de Santiago, dando origem ao Liceu Nacional.

Em 1866, o Liceu Nacional integrou-se ao Seminário-Liceu, que funcionou, por sua vez, até 1911. Criado pelo Bispo de Cabo Verde, D. José Luiz Alves de Feijó, em 3 de setembro de 1866, o Seminário-Liceu foi instalado na Ribeira Grande e ministrava instrução superior gratuita para clérigos e instrução secundária, paga, para leigos. Apresentava um currículo bastante tradicional e, portanto, mais erudito e religioso do que prático e científico. A instalação de tal instituição de ensino médio revela menos o empenho do Estado português do que o do clero para com a educação, como já tinha ocorrido em Portugal e no Brasil. O governo em geral mal cumpria a função de fornecer um ensino básico. O certo é que o seminário-liceu apontava para a constituição de um público leitor mais sofisticado naquele arquipélago, ainda que numericamente restrito.

Já no final do século XIX, em 1899, apareceu uma outra instituição de ensino em Cabo Verde, privada e paga, a Associação Escolar Esperança.<sup>8</sup> Fundada pelo diretor do *Almanach Luso-Africano*, Antônio Manuel da Costa Teixeira, não sabemos se chegou efetivamente a funcionar. De qualquer modo, no final do século XIX, Cabo Verde contava com uma estrutura escolar razoável, se confrontada com aquelas existentes no restante das colônias portuguesas na África. Por meio de dados apresentados por Alberto Duarte de Carvalho,<sup>9</sup> que distingue brancos, negros e mestiços escolarizados, é possível constatar a ascensão intelectual dos mestiços em Cabo Verde, tal como aconteceu também em Angola.

Outro fato diretamente relacionado à educação e à leitura ocorre em Cabo Verde em 8 de março de 1871: inauguraram-se a Biblioteca e o Museu Nacionais de Cabo Verde, na cidade da Praia. Abriam-se inscrições para aqueles que quisessem colaborar mensalmente com a nova instituição, os quais passariam a ter seus nomes publicados no boletim da colônia. Assim, em 1871, começaram a aparecer as notificações de doação de obras à biblioteca, com listas de obras doadas e seus respectivos doadores, o que ocorreria ao menos até 1883.

---

<sup>8</sup>. "A Associação Escolar "Esperança" tem por fim difundir, apar da bôa educação, a instrucção popular theorica e pratica, para ambos os sexos, por escolas theoreticas de instrucção popular e escolas praticas de artes e officios, desviando assim a mocidade do vicio e da ociosidade, inspirando-lhe o amor pela instrucção, pelo trabalho e pelo bem". In: "Associação Escolar 'Esperança'", *Almanaque Luso-Africano*, 1899, pp. 353-356.

<sup>9</sup> Uma estatística relativa ao ano de 1900 encontra uma população de 144.382 indivíduos compreendendo mestiços, negros e brancos. Neste mesmo ano, os valores de frequência escolar davam uma percentagem de 64% ao mestiço, uma mais baixa ao negro, 30%, ficando os restantes 6% para o branco. Um apanhado estatístico mais largo, entre 1889/1890 e 1907/1908, mostra que, nesta viragem do século, as vantagens de proporção, na frequência escolar, pertenciam ao branco, 3% da população, com 6% de alunos, e para o negro, 33% da população com 39% de alunos. Porém, em finais deste período, o branco subiu pouco, de 6% para 9%, enquanto o mestiço subiu de 55% para 65% a custa de uma quebra de alunos negros de 39% para 26%. (Carvalho, 1988: 61)

A instituição passou a receber doações enviadas pela Direção Geral da Marinha e de muitos particulares, pois tinha solicitado doações aos “principaes autores portuguezes”. Apesar de seu caráter aleatório, trazendo as mais variadas contribuições, temos nessas listas um dos horizontes de leitura dos cabo-verdianos.

Dois anos depois de sua inauguração, a biblioteca, mesmo sem qualquer dotação de verbas, tinha em seu acervo 1.493 volumes e 453 folhetos (entre jornais, manuscritos e cartas geográficas), sendo seu principal doador o marquês de Sá da Bandeira. Segundo seu então diretor, Sá Nogueira Pinto de Balsemão, aquela instituição seria “a unica que existe em toda a Africa portugueza”. Lembrava que a assiduidade de leitores era em média de oito ao dia (e noite). Em 1876, cerca de 200 obras eram solicitadas mensalmente, sendo que um terço delas era de caráter literário.

Um ano antes, em 1875, foi criada a sociedade Ilustração Africana na ilha do Sal, que tinha por finalidade “deleitar o espirito, diffundir conhecimentos uteis por meio de leitura, e estreitar os laços sociaes”. Para tanto, propôs a criação do Gabinete de Leitura da Povoação de Santa Maria da Ilha do Sal de Cabo Verde, publicando seus estatutos em 1875.

Nesse cenário não poderia faltar a figura do livreiro. Em 1877, um anúncio intitulado “Serões romanticos. Agente na Praia -- Artiaga”, saído no *Boletim Oficial de Cabo Verde*, assim dizia: “Acaba de receber um grande e variado numero de romances dos melhores auctores. Acompanham algumas obras, como brindes, vistas de Lisboa, Paris, Londres, etc., etc.” Havia assim um agente literário na cidade da Praia que trazia livros mais atualizados, o que ampliava o horizonte de leitura dos cabo-verdianos.

Além de livros, havia também lugar em Cabo Verde para interpretações dramáticas. Existiu, por exemplo, o Teatro D. Maria Pia de

Sabóia, que, no domingo de 23 de junho de 1867, apresentava um espetáculo com récita e comédias.<sup>10</sup> Nesse mesmo ano, foram publicados os “Estatutos da Associação Igualdade”, que tinha por intuito a conclusão do teatro D. Maria Pia de Sabóia e o “estudo recreativo e proficuo da arte dramatica”.<sup>11</sup>

Não sabemos que fim levou a Associação Igualdade e o próprio teatro, mas o certo é que, em 1874, surgiu uma nova empreitada associativa, o que se evidenciava pela publicação dos “Estatutos da sociedade instructivo-recreativa da villa da Ribeira Brava da ilha de S. Nicolau de Cabo-Verde”. Já no ano seguinte, um anúncio do “Club Recreativo” (talvez a mesma sociedade acima referida) revelava seus propósitos: promover bailes e jogos, reservando o direito à direção do clube de convidar os visitantes que ali se encontrassem a participar de suas atividades.<sup>12</sup>

O fato é que tais sociedades proliferavam naqueles anos. Alberto Duarte Carvalho pôde recensear cerca de 42 instituições de caráter cultural, religioso, humanitário, social ou profissional em Cabo Verde até o ano de 1908.

Os esforços para educar e alfabetizar a população cabo-verdiana não diferem muito dos empregados em outras regiões. Todavia, por ser

---

<sup>10</sup>. "récita em beneficio do mesmo theatro -- irá á scena -- *Uma Entalação* -- Comedia em um acto; desempenhada pelos Srs. Moniz, H. Silva, Izidro, Padrel, Ribeiro, Vasconcellos e Azevedo -- *O Zelador* -- Scena comica; desempenhada pelo Sr. Dias -- *O Ferro Velho* -- Comedia em dois actos; desempenhada pelos Srs. Moniz, Dias, Azevedo, Vasconcellos, H. Silva, Ribeiro, Padrel e Izidro. Principia ás 9 horas da noite". In: "Theatro de D. Maria Pia de Saboia", *Boletim Oficial de Cabo Verde*, 1867, 22 jun., n. 25, p. 128.

<sup>11</sup>. Antônio de Mello Varajão, "Estatutos da Associação Igualdade", *Boletim Oficial de Cabo Verde*, 1867, n. 6 jul., n. 27, pp. 135-137.

<sup>12</sup>. "Estatutos da sociedade instructivo-recreativa da villa da Ribeira Brava da ilha de S. Nicolau de Cabo-Verde", *Boletim Oficial de Cabo Verde*, 1874, 19 dez., n. 51, pp. 313-315; "Club Recreativo", *op. cit.*, 1875, 13 fev., n. 7, pp. 48-49.

constituída de diversas comunidades pequenas assentadas em ilhas distintas do arquipélago, comunidades que foram para ali transportadas (já que, quando de sua descoberta, não havia grupos autóctones que as povoassem), parece que, se não houve um esforço maior por parte dos portugueses em europeizar aquela população, houve certamente menor resistência desta às investidas nesse sentido.

Construiu-se, pois, uma identidade “crioula”, isto é, uma sociedade lingüística e culturalmente mestiça, que ganhou consciência literária somente na década de 1930, mas que já estabelecera uma rotina literária a partir de fins do século XIX, dispondo de um público, ao que tudo indica, mais “estatisticamente” real do que aquele encontrado em qualquer outra colônia luso-africana.

Portanto, apesar de não possuir um meio acadêmico formalizado, como já vimos acontecer com Goa, o conhecimento da literatura em Cabo Verde também era fator de distinção e trazia a possibilidade de ascensão social, na medida que podemos constatar a existência de inúmeras iniciativas no sentido de se cultivar a literatura naquele arquipélago. De forma peculiar em cada uma das colônias, o mesmo fenômeno ocorre em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Macau.

Com exemplos tão díspares em alguns aspectos, mas similares em outros, como foram os casos de Goa e Cabo Verde, ao lado do que ocorrera com Portugal e Brasil, pretendemos demonstrar que a formação literária das elites dos hoje chamados países de língua oficial portuguesa foi elaborada em grande parte nas margens do sistema educacional e que a literatura enquanto disciplina e enquanto curso universitário é algo bastante recente, cuja origem remonta há cerca de um século, o que em termos de história é um tempo ínfimo. Somente em Portugal a literatura ganhou estatuto de

curso universitário em meados do século XIX, seguindo uma tendência que vinha se afirmando no restante da Europa. No Brasil, isso só ocorrerá em 1908, com a Faculdade de São Bento, como vimos. Em Goa isso jamais se dará, tendo em vista que Portugal deixa gradativamente de investir naquela colônia para se afirmar no território africano. Em Moçambique o curso de letras da Universidade de Mondlane só foi criado em 1968. Em Angola, o curso de Letras da Universidade Agostinho Neto surgiu somente em 2003 e o de Cabo Verde, onde existia apenas o Curso de Formação de Professores, hoje Instituto Superior de Educação, foi recentemente criada a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, que tem apoio do Brasil. Isso para não falar em Guiné, S. Tomé e Príncipe, ou mesmo no Timor Leste, na Ásia, que também tiveram suas universidades criadas a partir da década de 1990.

Retomando o que afirma Pierre Bourdieu sobre a autonomia do campo intelectual e artístico, lembremos que do final da Idade Média para cá, a vida intelectual libertou-se paulatinamente da tutela da Igreja e da aristocracia, tendo em vista um crescente público consumidor de bens simbólicos e a profissionalização dos produtores desses bens. Houve, portanto, uma crescente autonomia do campo intelectual e artístico, que passa a se orientar a partir de regras internas, estabelecidas pelos próprios pares. Essa autonomia do campo acelera-se brutalmente com a Revolução Industrial e com o Romantismo. Daí resulta uma separação do “verdadeiro artista” e do intelectual erudito em relação às demandas do mercado, ao público consumidor, isto é, sua distinção em relação ao povo e à burguesia. Portanto, o campo intelectual e artístico que caracterizará o espaço universitário e a chamada arte de qualidade desde ao menos o século XIX se define em oposição ao campo econômico (não serve ao mercado), ao campo político (não se compromete partidariamente) e ao campo religioso (é

---

racionalista e, portanto, laico). Aquilo que produz só pode ser julgado por seus pares e, logo, é o próprio campo intelectual e artístico que define suas regras. No fundo, essa é uma descrição límpida do mundo em que vivemos na universidade contemporânea, para o bem e para o mal.

Se a intenção de Bourdieu foi, entre outras coisas, a de demonstrar como o ensino médio é submetido de forma arbitrária ao poder simbólico da erudição produzida nas universidades, nosso intuito ao trazer tais formulações para este texto é lembrar que foi por conta desse processo de autonomização do campo artístico e intelectual que o ensino de literatura ganhou prestígio e passou a constituir uma cadeira universitária. Dentro da luta interna entre os campos intelectuais que constituem o espaço universitário, a literatura teve um lugar privilegiado no século XIX, tendo em vista ser a escrita a mídia maior naquele momento. Em vista disso, o curso de Letras de Lisboa surgiu dentro de um contexto bastante favorável, ainda que inicialmente ofuscado pelo poder simbólico da Universidade de Coimbra. O curso superior de Letras no Brasil surge num contexto já não tão favorável, quando outras mídias, como o rádio e o cinema, já ganhavam as graças não só das massas como também do meio intelectual. Todavia, a literatura ainda tinha grande prestígio e os cursos recém-criados em diversas partes do Brasil cumpriram um papel muito importante na sedimentação da constituição de uma historiografia literária nacional a partir de críticos como Antonio Candido ou Afrânio Coutinho, que deram continuidade aos trabalhos de intelectuais como Sílvio Romero ou José Veríssimo.

Já os cursos de letras nos outros países de língua oficial portuguesa surgem num contexto adverso à literatura, no final do século vinte e início do XXI, quando outras mídias como a televisão e a internet ganham espaço e prestígio em todas as instâncias sociais. Isso não impede, no entanto, que

esses campos tenham ali a força que tiveram anteriormente em Portugal e no Brasil, tendo em vista a necessidade que têm esses países de afirmar o português como língua franca, além de ser simplesmente a língua oficial. É sabido que em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné, São Tomé e mais recentemente no Timor Leste o português não é falado por grande parte da população. Se em Angola ou Moçambique há grandes massas de falantes do português, em especial nos centros urbanos, na Guiné e especialmente no Timor Leste o emprego da língua portuguesa é ainda muito restrito, apesar de oficial. Além da questão lingüística, a questão nacional é outro tópico muito valorizado nesses espaços, tendo em vista serem países que tiveram sua independência política há cerca de 35 anos. Assim, a necessidade de se constituir um cânone literário nacional é premente, para o qual o ensino de literatura e o curso de Letras são apoios estratégicos.

Já em Portugal e no Brasil o ensino de literatura tem perdido força e prestígio, tendo em vista, primeiramente, a grande proliferação de universidades e de cursos de letras que têm sido criados desde o início do século XX. Só no Estado de São Paulo, há cerca de 260 cursos de letras, por exemplo, distinguindo as diversas habilitações. A autonomia do campo erudito no âmbito das letras é afetada por tal proliferação. Estamos destituídos do papel histórico fundador e formador que teve o corpo docente das primeiras instituições de ensino superior e que gerou os grandes nomes da crítica literária que hoje veneramos. É também por isso que a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo ou a Faculdade de Letras de Lisboa, por exemplo, não podem ter nos dias de hoje o prestígio e importância real que um dia tiveram nos cenários nacionais de cada um desses países. Podem, evidentemente, cumprir um novo papel, mas não há mais como recuperar aquele lugar referencial. O poder simbólico se

disseminou nas diversas instituições que foram então criadas. Prova disso é que a FFLCH da USP, por exemplo, já não ter mais autonomia de estabelecer seus próprios parâmetros de qualidade, tendo de se submeter àqueles estabelecidos pela CAPES, como todas as outras universidades do país. E ainda que relevemos o fato de que grande parte da CAPES provém da USP, simbolicamente ela perdeu a batalha para uma instância que se coloca como superior.

O lugar que a literatura passou a ocupar na vida do homem do século XXI, que praticamente deixou de ler romances e poesia, por exemplo, é também um fator complicador, sobretudo para a permanência do ensino de literatura nos cursos de Letras, já que o ensino de língua tem seu lugar garantido por sua dimensão pragmática.

Além disso, a desvalorização da questão nacional em favor dos temas de natureza global trouxe uma série de abordagens alternativas para o ensino de literatura (os recortes de gênero, raciais, minoritários), que colocam em crise o campo seguro da literatura nacional.

Portanto, quando falamos do ensino de literatura e dos cursos de letras no âmbito dos países de língua oficial portuguesa, temos que ter claro que há um descompasso no seu campo de poder em cada uma dessas localidades, sendo possível, no entanto, separar dois grandes blocos: de um lado o eixo Portugal-Brasil, onde o prestígio dos cursos de literatura nas instituições superiores de ensino se encontra abalado e, de outro, os países africanos de língua oficial portuguesa, juntamente com o Timor Leste, onde tal prestígio se afirma e se mantém mais vivo do que nunca.

Podemos concluir que o ensino de literatura no Brasil e em Portugal só têm a ganhar com o aprofundamento de suas relações com os outros países de língua oficial portuguesa, não apenas porque naquelas

localidades o ensino de literatura nacional mantém ainda hoje maior prestígio, mas sobretudo porque, pensadas em seus conjunto, tais literaturas reequacionam a importância de se estudar literatura no âmbito do mundo de língua portuguesa, trazendo para o centro do debate aquelas proposições historicamente defendidas por Benjamin Abdala Junior acerca da construção intencional e consciente de uma rede de relações entre esses países no plano cultural, social e político. A prática de ensinar literatura passa, então, a valorizar mais do que nunca não somente as identidades nacionais específicas que constituem o mundo de língua portuguesa, mas uma forma transnacional de ser e de estar nessa língua. Passamos, pois, a inventar uma cultura de língua portuguesa de fundamentação literária. Resta saber se ela será, de fato, sem pátria e sem padrão.

### Referências

“Associação Escolar ‘Esperança’”, **Almanaque Luso-Africano**, 1899, pp. 353-356.

“Estatutos da sociedade instructivo-recreativa da villa da Ribeira Brava da ilha de S. Nicolau de Cabo-Verde”, **Boletim Oficial de Cabo Verde**, 1874, 19 dez., n. 51, pp. 313-315; “Club Recreativo”, *op. cit.*, 1875, 13 fev., n. 7, pp. 48-49.

“Theatro de D. Maria Pia de Saboia”, **Boletim Oficial de Cabo Verde**, 1867, 22 jun., n. 25, p. 128.

ABDALA Júnior, Benjamin. **Literatura, história e política**. São Paulo, Editora Ática, 1989.

ABREU, F. C. "Crônica da Academia de São Paulo". **Memórias da Associação Culto à Ciência**, 1859, n.1, p.8.

BALSEMÃO, Eduardo A. de Sá Nogueira P. de. “Bibliotheca e museu nacionaes”, **Boletim Oficial de Cabo Verde**, 1883, 6 out., n. 40, p. 203.

BOURDIEU, Pierre. “O mercado de bens simbólicos”. In: **A economia das trocas simbólicas**. 6.ed. São Paulo, Perspectiva, 2005.

CARVALHO, Alberto Duarte. **A ficção de Baltasar Lopes: contributo para a originalidade da literatura caboverdiana**. Universidade de Lisboa, 1988 (tese de doutorado em Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa).

CARVALHO, Rómulo de. **História do ensino em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

DEVI, Vimala, & SEABRA, Manuel de. **A literatura indo-portuguesa**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971, 2 v.

LOPES, Hélio. **A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas "Minerva Brasiliense" (1843-1845) e "Guanabara" (1849-1856)**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia e Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

PASSOS, Gilberto Pinheiro. **Presença da literatura francesa na "Revista da Sociedade Filomática"**. Dissertação de mestrado, USP, 1983, p.50.

QUEIROS, Eça de. **Obras completas**. (org. de Beatriz Berrini). Rio de Janeiro: Aguilar, 2000 v. 3.

VAREJÃO, Antônio de Mello. “Estatutos da Associação Igualdade”, **Boletim Oficial de Cabo Verde**, 1867, n. 6 jul., n. 27, pp. 135-137.